

## Oposicionistas fazem obstrução por seis horas e derrubam MP

Falta de entendimento entre governo e oposição prejudica votação da medida provisória sobre a Previc, que perde eficácia. Agora, o Congresso Nacional terá de votar em 60 dias decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes da MP

Página 7

### COMBATE À CORRUPÇÃO

## CPI do Mensalão pode ser instalada



J. Freitas

**INVESTIGAÇÃO** Parlamentares entregam a Renan Calheiros (C) requerimento para que Congresso instale CPI

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem requerimento pela instalação de CPI destinada a investigar denúncia de pagamento de mesada – o chamado "mensalão" – a deputados do PP e do PL. O requerimento é assinado por 205 deputados e 41 senadores. "Vou conversar com os líderes para decidir qual o melhor fórum, mas acho que não pode deixar de haver investigação. A sociedade não nos perdoará por isso", afirmou Renan. No Conselho de Ética da

Câmara, o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, confirmou as acusações de que lideranças do PT seriam responsáveis pelo pagamento do "mensalão". A mesada teria sido suspensa depois de Roberto Jefferson haver relatado o fato ao presidente Lula. Líderes da base governista e da oposição não chegaram ontem a acordo sobre a escolha do presidente e do relator da CPI dos Correios. Nova tentativa de entendimento deve ocorrer na reunião de hoje da CPI.

Páginas 3 a 5



Jane Araújo

**IMPASSE** Parlamentares não chegam a acordo sobre comando da CPI dos Correios



J. Freitas

**ACUSAÇÃO** Deputado Roberto Jefferson (no telão) reafirma denúncias sobre mesada



**ODISSÉIA** Paim conta a história do gaúcho que veio até Brasília a pé como forma de protestar

## Paim destaca marcha de desempregado

O senador Paulo Paim (PT-RS) contou, em Plenário, a história do desempregado João Alberto Xavier de Miranda, 59 anos, que no dia 11 de janeiro saiu a pé de Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul. Depois de percorrer quase 3 mil quilômetros, chegou na manhã de ontem a Brasília. O objetivo da caminhada: protestar contra o desemprego, em especial contra a discriminação que atinge os considerados velhos e os jovens sem experiência.

Os três senadores gaúchos – Paim, Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) – tomam hoje café da manhã com João Alberto, que deverá contar em detalhes a sua aventura.

Paulo Paim enumerou alguns projetos tramitando no Senado que procuram minimizar o problema do desemprego. Ele citou o Projeto de Lei 103/99, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), tramitando apensado ao PLS 83/05, de autoria do próprio Paim, que exige que as empresas mantenham em seus quadros trabalhadores com mais de 40 anos. Outro projeto citado pelo senador, de sua autoria, o PLS 232/03, trata da regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especificamente para facilitar a contratação dos mais jovens.

# Agenda

## No Plenário, projeto sobre unidades de conservação da natureza

Estão na pauta do Plenário, a partir das 14h, o PLV 13/05, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; PEC 31/00, que beneficia com licença-maternidade mulheres que adotam crianças; PEC 29/02,

que amplia a vigência do Fundef; PEC 12/04, que dispõe sobre criação de municípios; PEC 12/03, que trata do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia; e PEC 87/03, sobre carreira de servidores de Rondônia.

## Presidentes da Câmara e do Senado discutem reforma com líderes

Os líderes partidários discutem a reforma política na manhã de hoje com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti. Às 10h, Renan conversa com a bancada de Alagoas e com a reitora da

Universidade Federal do estado; às 18h30, participa do lançamento do livro *Discursos do Senador Pinheiro Machado*; e, às 19h, do encontro da Frente Parlamentar Mista por um Brasil sem Armas com o ministro Carlos Mário Velloso.



**VIGILÂNCIA** Hélio Costa anuncia que vai pedir criação de comissão ao presidente do Senado

## Hélio Costa pede auditoria da dívida externa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu ontem a criação de uma comissão no Congresso destinada a auditar a dívida externa brasileira. Ele anunciou que vai apresentar requerimento nesse sentido ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Hélio Costa lembrou que defendeu a proposta durante a 4ª Reunião da Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas, na Organização das Nações Unidas (ONU). O parlamentar citou dados de documento fornecido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Brasil que indicam que o país teria pago US\$ 30 bilhões a mais do que devia nos últimos 15 anos.

## Preço da carne bovina em debate



A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute, às 10h, os critérios para o estabelecimento dos preços da carne bovina no país. O encontro conta com a participação do agricultor e pecuarista Carlos Viacava; do

vice-presidente do frigorífico Independência, Miguel Grazian Russo; do consultor da Associação Brasileira dos Supermercados, Milton Dallari; do diretor de Comercialização do Pão de Açúcar, Wilson Barquilla; entre outros.

## CPI dos Correios define composição da Mesa

Na reunião de hoje, marcada para as 14h30, os parlamentares tentam superar o impasse entre governo e oposição para eleger o presidente e o relator da CPI dos Correios. Às 11h30, a Comissão

Externa de Rondônia, que investiga denúncias de cobrança de propinas do governador do estado, ouviu os deputados Edézio Martelli, Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João da Muleta e Amarildo Almeida.

## Propostas sobre corrupção na pauta da CCJ

Três propostas relacionadas à corrupção estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 10h. Uma delas aumenta as penas da Lei do Colarinho Branco (PLSs 439/03 e 170/04); a segunda determina prazo para denúncias

de compra de votos, além de condicionar a suspensão do mandato a decisão judicial (PLS 76/03); e a última proíbe os partidos de receberem recursos de filiados que ocupem cargos na administração pública (PLS 384/03).



## Metas fiscais e LDO

O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, participa de audiência na Comissão Mista de Orçamento, às 15h. O secretário fala sobre as metas fiscais, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Às 10h, a Comissão de Educação discute as emendas do colegiado à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## Direitos Humanos

Em discussão na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), que se reúne após a ordem do dia, projeto que reserva para idosos de baixa renda parte das habitações de programas oficiais de moradia (PLS 246/03). Às 14h, o Conselho de Comunicação Social discute qualidade da TV por assinatura.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**DÍZIMO** Para José Jorge, é preciso vetar nomeações com o objetivo de reforçar caixa de partidos

## José Jorge quer proibir contribuição

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu aprovação de projeto de sua autoria (PLS 384/03) que veda aos partidos políticos a cobrança de contribuições obrigatórias para filiados ocupantes de cargos públicos. Ele fez o apelo ao registrar que, na quinta-feira (9), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou julgamento de ação que questiona a contribuição, prevista no estatuto do Partido dos Trabalhadores (PT).

José Jorge disse que, conforme o projeto, ficará proibido ao partido detentor temporário do Poder Executivo fazer indicações de quadros partidários para cargos de confiança com o objetivo de reforçar seu caixa.

Fotos: Márcia Kalume



**SOLENIDADE** Renan (C) abre exposição ao lado de João Capiberibe, deputada Perpétua Almeida, Jorge Viana, Arthur Virgílio, Tião Viana e Sibá Machado

## História do Acre é mostrada em exposição no Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu ontem a exposição “Semana do Acre – Estado da Florestania na Amazônia Brasileira”, em que, por meio de fotos e objetos, a história desse estado é reconstituída. Estiveram presentes os senadores Tião Viana (PT-AC), Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), Sibá Machado (PT-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e João Capiberibe (PSB-AP), além do governador do estado, Jorge Viana (PT).

– O Acre é o único estado do país que é brasileiro por opção, pois lutou para pertencer ao Brasil – afirmou Renan.

A exposição, no Salão Negro do Congresso Nacional, apre-

senta fotos contando a história do Acre, além de instrumentos utilizados pelos seringueiros e artefatos indígenas.

– Este é um momento nostálgico, de saudades vivas. As mãos da História estão plantadas em todas as peças aqui expostas – declarou Tião Viana.

Para Geraldo Mesquita Júnior, essa exposição é importante porque mostra, no “centro do poder”, um pouco do Acre e de sua gente.

O governador Jorge Viana explicou o conceito de “florestania”, um neologismo criado para representar a conjugação de desenvolvimento econômico, preservação da natureza e busca de bem-estar social.

## Jobim instala Conselho de Justiça e elogia senadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na manhã de ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), da solenidade de instalação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – órgão responsável pelo controle externo dos tribunais, criado pela Emenda Constitucional 45/04, que promoveu a reforma do Judiciário. Na cerimônia, o presidente do STF e também do CNJ, ministro Nelson Jobim, elogiou a atuação dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Edison Lobão (PFL-MA) em favor da criação do conselho.

Em seu discurso na solenidade, Jobim disse que a instalação do conselho significa uma superação de divergências, fato que, em sua avaliação, ocorrerá também em relação à crise política enfrentada pelo país. Ele afirmou que, na situação vivida pelo Brasil, se verificará “a consolidação do processo democrático exatamente por cima da crise”.

### Manifesto

Ao reunir-se ontem com Renan Calheiros, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, afirmou que o problema da corrupção no Brasil somente será resolvido após uma reforma do Estado, terminando com o que chamou de “hibridismo” entre presidencialismo e parlamentarismo, adotando de forma séria um desses sistemas.

O presidente da OAB de São Paulo, Luiz D’Urso, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e outros representantes da sociedade civil reforçaram o pedido de reforma política e entregaram a Renan Calheiros o Manifesto Contra a Corrupção, no qual expressam a indignação contra as denúncias de corrupção em empresas estatais e de pagamento de “mesadas” a deputados federais. As entidades pedem a apuração dos fatos, mas ressaltam a necessidade de preservar as instituições.



Presidente do Senado recebe requerimento para instalar CPI que deverá apurar denúncia de pagamento de “mesada” a deputados

# Renan: o “mensalão” tem que ser investigado

“O que não pode é ficar sem investigação”. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, momentos depois de receber das mãos do vice-líder do PPS na Câmara, deputado Raul Jungmann (PE), requerimento assinado por 205 deputados e 41 senadores pela instalação de comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar denúncia de pagamento de “mesada” a membros da base governista na Câmara para aprovar projetos de interesse do governo, o chamado “mensalão”.

– Vou fazer o que fiz com a CPI dos Correios e vou estimular a instalação e a investigação.

Vou conversar com os líderes para decidir qual o melhor fórum, mas acho que não pode deixar de haver investigação. A sociedade não nos perdoará por isso – disse Renan.

Sob aplausos dos deputados que lhe levaram o requerimento, encabeçado pelos líderes do PPS, Dimas Ramalho, do PDT, Severiano Alves, e do PV, Marcelo Ortiz, o presidente do Senado afirmou que, assim como na comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades nos Correios, agirá com isenção, maturidade e absoluta serenidade para instalar essa nova comissão.

Renan acrescentou que é

preciso, antes, conversar com os líderes para ver como isso se dará, já que tem conhecimento de que, tanto no Senado quanto na Câmara, parlamentares estão recolhendo assinaturas para a instalação, em cada Casa, de CPIs destinadas a investigar o mesmo assunto.

Indagado sobre o encontro que teve, na noite de segunda-feira, com o presidente Lula, Renan disse que o assunto dominante foi a reforma política e a necessidade de fazer avançar a pauta do Congresso para que os parlamentares votem o que precisa ser votado. Questionado se o presidente falou acerca da reforma ministerial, respondeu: “Não se falou sobre isso”.

## Roberto Jefferson confirma denúncias

O presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), confirmou as denúncias que fez em entrevista dada ao jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual lideranças do PT repassariam mesadas, os chamados “mensalões”, a deputados federais do PL e do PP, partidos da base do governo. Ele, no entanto, não apresentou provas. O deputado também declarou que nenhum senador está envolvido no caso.

Durante o depoimento, prestado ontem ao Conselho de Ética da Câmara, Jefferson voltou a afirmar que o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto (SP), e os deputados federais Sandro Mabel (PL-GO), José Janene (PP-PR), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Pedro Corrêa (PP-PE) estão entre os parlamentares que recebiam o “mensalão”.

Segundo Roberto Jefferson, o próprio presidente da República, após ter sido informado por ele sobre o caso, determinou a suspensão do pagamento dos “mensalões”. Ele repetiu diversas vezes que Lula é inocente em relação ao episódio.

O deputado frisou que havia avisado vários ministros sobre o esquema de corrupção: Antonio Palocci (Fazenda), José



**RESSALVA** Roberto Jefferson (C) afirma, no Conselho de Ética, que o pagamento do “mensalão” foi suspenso depois de sua conversa com Lula

Dirceu (Casa Civil), Aldo Rebelo (Coordenação Política), Walfredo Mares Guia (Turismo), Ciro Gomes (Integração Nacional), além do ex-ministro das Comunicações Miro Teixeira.

Roberto Jefferson reafirmou que teria sido visitado por um homem identificado como “comandante Molina”. Ele disse que o recebeu por insistência do líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), que teria afirmado que Molina era seu “amigo de farda”. De acordo com o deputado, o comandante tentou negociar com ele, sem sucesso, a fita que acabaria divulgada pela revista *Veja*. Ele acusou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de ter reali-

zado a filmagem.

O deputado negou que o PTB tenha recebido pagamento relacionado ao “mensalão”, mas confirmou que o PT teria se comprometido a repassar R\$ 20 milhões ao PTB para a campanha eleitoral de 2004. Segundo ele, o financiamento foi aprovado pelo presidente do PT, José Genoino, e pelo tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Mas só teriam sido repassados R\$ 4 milhões. Além disso, Jefferson afirmou que o PT não enviou ao PTB os recibos que permitiriam legalizar a transferência.

Roberto Jefferson anunciou que seu partido irá decidir, nesta sexta-feira, se permanece ou não na base do governo.



Agripino quer investigação profunda de mesada; Tuma solicita explicações da Abin; Alvaro lembra que Brasil perde respeito no exterior; Heloísa assegura que PSOL tem direito de integrar CPI; Mão Santa afirma que país vive a maior "tormenta"

## Tuma pede que Abin esclareça se investigava Correios desde abril

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) que convide o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando

Félix, para prestarem esclarecimentos sobre informação veiculada pela imprensa de que a Abin já investigava corrupção nos Correios desde abril.

Segundo veículos de imprensa, a agência teria dado prazo de dez dias para o então presidente dos Correios João Henrique Souza tomar várias

providências, entre elas demitir Maurício Marinho da chefia do Departamento de Contratação e Administração de Material, que aparece em vídeo recebendo dinheiro de empresários. O parlamentar lembrou que a legislação obriga a Abin a enviar para o presidente da República todos os relatórios

que elabora.

– O que me assusta é que estão tentando, através dessas notícias, colocar a impressão digital do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesse fato que ocorreu nos Correios. Estão querendo insinuar que ele já tinha conhecimento das denúncias – disse Tuma.



**AUDIÊNCIA** Segundo Tuma, "estão querendo insinuar que Lula já tinha conhecimento das denúncias"



**REPERCUSSÃO** Alvaro lembra que crise brasileira é manchete em jornais conceituados, como o NYT

## Denúncias atingem imagem do país, diz Alvaro

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a imagem do Brasil perante a comunidade internacional está "terrivelmente abalada" pelas denúncias de corrupção e suborno no governo Lula. O senador dirigiu ontem apelo às lideranças para que iniciem processo de reconstrução da imagem do Parlamento, dos partidos políticos e das instituições públicas brasileiras.

– Estamos perdendo o respeito internacional. A repercussão dos escândalos ocupa páginas dos mais conceituados jornais, como o *The New York Times*.

Alvaro contestou avaliação de parte da imprensa internacional de que poderá haver *impeachment*.

Em referência à CPI dos Correios, o senador acusou o presidente Lula de agir de modo contraditório. De um lado, disse, Lula afirma que "doa a quem doer, não ficará pedra sobre pedra e tudo será investigado". De outro, acrescenta, "ele diz que a base aliada não deve ter pudor, que precisa manipular a CPI, assumir seu controle de modo integral".

– Como acreditar na boa intenção de quem quer obstruir os trabalhos? – indagou.

# Agripino: já existem provas para investigar "mensalão"

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que "já existem provas" das denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de que o PT pagava o "mensalão" a deputados pela votação de projetos de interesse do governo.

– Apareceu uma secretária que confirma as malas de dinheiro. Há uma nota nas agências informando que a revista *IstoÉ Dinheiro* entrevistou a secretária do publicitário Marcos Valério e ela confirma as malas de dinheiro enviadas a Brasília. – disse ele.

Marcos Valério, conforme as denúncias de Roberto Jefferson, seria o "operador" do pagamento do "mensalão" a parlamentares da base do governo no Congresso. O publicitário, ainda conforme o deputado, teria entregue uma



**COBRANÇA** Agripino afirma que a sociedade exige apuração do suposto pagamento de propina

mala recheada de dinheiro (R\$ 4 milhões) ao próprio Jefferson para financiar a campanha eleitoral de candidatos do PTB.

– Um triângulo se fecha. De um lado, o próprio Roberto Jefferson. De outro, o publicitário, e na última ponta a se-

cretária confirma que as malas de dinheiro saíram de Belo Horizonte. Essas são as provas iniciais para uma investigação profunda do Congresso. Lembro que neste país já se cassou por muito menos, por uma Fiat Elba – observou Agripino, referindo-se ao *impeachment* do presidente Fernando Collor.

Para o líder pefelista, agora compete ao Congresso Nacional investigar e responder ao país a pergunta: "De onde veio esse maldito dinheiro? Quem foi buscar o dinheiro? Quem é ou quem são os beneficiários?" José Agripino informou ainda que apenas 0,1% dos processos na Justiça brasileira é sustentado por fitas de gravação.

– A quase totalidade se baseia em provas factuais. Por isso, vamos às investigações. O Brasil quer isso – argumentou.

## Heloísa defende a sua participação na CPI

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem, da tribuna, que vai "lutar contra a curriola do Palácio" que, para ela, está tentando evitar sua participação na CPI dos Correios.

Segundo o jornalista Cláudio Humberto, em sua coluna no último sábado, a senadora foi indicada de acordo com o critério de proporcionalidade dos partidos no Senado, mas a sua participação pode até servir de pretexto para anular os efeitos da CPI, já que ela integra a bancada de um partido que, a rigor, não existe.

– O partido já tem existência jurídica. Nós não podemos dis-



**REPRESENTAÇÃO** Heloísa sustenta que, embora não possa disputar eleição, PSOL já tem existência legal

putar eleições, mas partido nós temos. Não estou reivindicando disputar eleição, então nós vamos para a guerra – garantiu a senadora.

Heloísa Helena informou que

não recebeu ainda nenhum ofício sobre o assunto, mas que vai "lutar" para permanecer na vaga que, de acordo com o colonista, também é disputada pelo PP.

A senadora destacou ainda a importância da criação da comissão que apurará as denúncias sobre o pagamento de mesada a parlamentares de partidos que integram a base do governo na Câmara. O requerimento, que foi entregue ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelos líderes do PV, do PPS, do PDT e do PSOL, também recebeu o apoio do PSDB, do PFL e até do PMDB.

## Mão Santa vê semelhança com o governo Collor

Ao afirmar que o Brasil está enfrentando uma epidemia de corrupção, o senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou ontem a importância da comissão parlamentar mista de inquérito que vai investigar denúncias de existência de um esquema de propina nos Correios.

Mão Santa recordou a entrevista que Pedro Collor, irmão do então presidente Fernando Collor de Mello, concedera à revista *Veja*, e que acabou levando à criação da CPI que investigou o chefe do governo e seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o PC.

O senador acrescentou que os acontecimentos atuais apresentam semelhanças com aquele fato, frisando, no entanto, que agora a entrevista não é de uma pessoa comum, mas sim de um deputado federal, "que foi ator importante na CPI do Collor".

– Nesses 505 anos de Brasil, não existe uma tormenta tão grande como esta. Chamo à atenção este Congresso Nacional: queremos buscar a esperança do povo do Brasil, que está morrendo pela corrupção – afirmou ele.



**GRAVIDADE** Quem denuncia agora não é pessoa comum, mas sim um deputado, observa Mão Santa



Líderes não chegam a consenso sobre nomes para presidente e relator da CPI dos Correios; Arthur Virgílio diz que declarações de Roberto Jefferson justificam investigar "mensalão"; Osmar Dias adverte para instabilidade econômica gerada por denúncias

## Arthur Virgílio critica declarações do governo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), condenou ontem as declarações de integrantes do governo de que não há provas concretas das denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre o pagamento do "mensalão" a deputados federais pelo PT. Arthur Virgílio lembrou que entrevista de Pedro Collor, irmão do ex-presidente Fernando Collor, à revista *Veja* em 1992, bastou para a criação da CPI do PC.

– Ele [Pedro Collor] não teve de apresentar provas escritas ou gravadas. Suas palavras foram aceitas pelo Congresso como consistentes e as investigações partiram delas para cumprir seus objetivos – lembrou o senador.



IMPASSE Mercadante (ao microfone, à esquerda) diz que governistas aceitam negociar indicação se opositoristas como Arthur Virgílio (D) desistirem de César Borges



# CPI dos Correios não chega a acordo

Líderes governistas e opositoristas ainda não fecharam acordo sobre a escolha do presidente e do relator da comissão parlamentar mista de inquérito criada para apurar denúncias de corrupção nos Correios. Com o objetivo de facilitar o entendimento, o líder do bloco de apoio ao governo, Delcídio Amaral (PT-MS), chegou a abrir mão de sua indicação para a presidência da comissão. Nova tentativa de acordo para o preenchimento desses cargos deve ocorrer hoje, a partir das 14h30.

As divergências entre aliados e opositores do governo le-

ram, inclusive, ao adiamento de reunião que seria realizada ontem para eleger os ocupantes dos cargos. A decisão foi anunciada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que presidiria a reunião na condição de integrante mais velho da CPI dos Correios, e tomada a pedido dos líderes partidários. A iniciativa teria sido movida pela expectativa de entendimento em torno da escolha do presidente e do relator da comissão.

Enquanto prosseguem as negociações, o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), argumenta que cabe à oposição,

por tradição, alternar sua participação em CPIs ocupando a presidência ou a relatoria. Assim, considerou uma "imposição de humilhação" a proposta dos governistas de escolherem o nome do opositorista a ocupar um desses postos. Se um acordo entre aliados e opositores ficar inviabilizado, Agripino não descarta a possibilidade de submeter o nome do senador César Borges (PFL-BA), rejeitado pelo governo, a disputa pelo voto.

Ainda sobre essa questão, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), se disse disposto a perseguir

um acordo baseado na "moderação, serenidade e racionalidade". Sua proposta é que os governistas definam o indicado para o cargo opositorista, e vice-versa. Mercadante observa, entretanto, que tanto o PT quanto o PMDB – este último ausente em postos-chave nas duas últimas comissões de inquérito (CPI da Terra e CPI do Banestado) – reivindicam a presidência e a relatoria. Conforme adiantou, os governistas aceitam negociar o indicado para a presidência da CPI dos Correios se a oposição desistir da indicação de César Borges.



REFLEXO Osmar Dias afirma que crise que se instalou no país trouxe apreensão ao setor empresarial

## Osmar cobra a votação da reforma política

A crise política que se instalou no país deixou apreensivos os empresários, principalmente os da agricultura, afirmou, em discurso, o senador Osmar Dias (PDT-PR). Ele acredita que o governo contribuiu para esse clima desfavorável, "pois, ao tentar evitar a criação da CPI dos Correios, demonstrou falta de confiança em sua própria política econômica".

O senador pediu a votação de reformas que ainda estão faltando, com destaque para a reforma política. A seu ver, as mudanças político-eleitorais "poderão liberar os futuros governos da necessidade de fazerem alianças onde os interesses inconfessáveis pesam mais do que os interesses públicos".

## Fitas foram montadas, dizem deputados de RO

Os cinco deputados estaduais de Rondônia ouvidos ontem pela comissão especial externa do Senado que examina denúncias de corrupção naquele estado negaram as acusações de cobrança de propinas ao governador Ivo Cassol.

De acordo com denúncia veiculada pela TV Globo, dez deputados cobraram do governador R\$ 50 mil mensais para garantir a governabilidade no estado. Os depoentes alegaram que as fitas de vídeo mostradas no *Fantástico* foram editadas e montadas.

Conforme Ronilton Capixaba (PL), os deputados solicitaram a Cassol somente a liberação de emendas de parlamentares, da ordem de R\$ 1 milhão, e preenchimento de alguns cargos.

O deputado Leudo Buriti (PTB) afirmou que nunca par-

ticipou de reunião entre deputados e o governador, mas, como presidente da comissão especial da assembleia que investiga os fatos, teve acesso às gravações originais.

Já a deputada Ellen Ruth (PP) disse que o seu pedido de R\$ 50 mil, exibido na matéria do *Fantástico*, se referia a emendas de dois parlamentares que não conseguiram se reeleger.

Em relação a sugestão que a deputada teria feito ao governador para superfaturar obras de postos de vigilância – com o objetivo de obter recursos para pagar propinas exigidas pelo grupo de dez parlamentares –, ela assinalou que propôs apenas a redução do número de postos a serem construídos. Ellen também acusou a TV Globo de ter editado e manipulado as imagens exibidas.



AUDIÊNCIA Demostenes Torres e Sibá Machado ouvem depoimento em que o deputado estadual Ronilton Capixaba (D) nega pedido de propina a Ivo Cassol

Os deputados Emílio Paulista (sem partido) e Daniel Néri (PMDB) prestaram depoimentos semelhantes, garantindo que ninguém estava exigindo propina, mas apenas pleiteando liberação de emendas.

Diante das alegações dos cinco deputados, o relator da comissão, senador Demostenes

Torres (PFL-GO), ponderou que o colegiado terá de assistir a todas as gravações originais, para comparar seu conteúdo com o teor do que foi exibido na televisão.

Hoje, a partir das 10h, a comissão tomará o depoimento dos outros cinco deputados envolvidos nas denúncias.

Divulgação



**PENDÊNCIAS** Garibaldi Alves (E) e Paulo Roberto Ziulkoski explicam a Romero Jucá a situação precária das prefeituras

## Garibaldi defende revisão das dívidas de municípios

■ Senador pede ao ministro Romero Jucá uma nova negociação para os débitos previdenciários

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, esteve ontem no Ministério da Previdência Social para apresentar, juntamente com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, um documento com sugestões ao ministro Romero Jucá para aprimorar a medida provisória (MP) sobre uma nova negociação dos débitos

previdenciários dos municípios. Garibaldi afirmou que é impossível para a grande maioria dos municípios pagar suas dívidas atualmente.

Garibaldi declarou que o endividamento compromete, em média, 15% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é a grande fonte de receita dos municípios. Ele explicou que as negociações têm o objetivo de impedir que as dívidas sejam cobradas com a taxa Selic, e sim com a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que oferece melhores condições de pagamento. Além disso, afirmou Garibaldi, em vez de 40 meses, como está proposto hoje, seriam oferecidos 240 meses aos municípios para que

possam saldar suas dívidas.

### Sugestões

De acordo com o senador, essas sugestões irão amenizar a situação dos municípios que não têm previdência própria e, juntos, somam uma dívida com a Previdência de R\$ 12 bilhões. Ele informou que, em 1997, a dívida era de R\$ 3,97 bilhões.

Durante a reunião no ministério, Romero Jucá disse que já existem versões da MP na Casa Civil que resultaram dos entendimentos com a CNM, a subcomissão e o ministério. Jucá garantiu que está tentando negociar junto ao governo uma solução para “esticar as condições de negociação, possibilitando que as prefeituras fiquem adimplentes”.

## Problema do Brasil não é o governo, diz Ana Júlia

Ao discordar do senador Tião Viana (PT-AC), que propôs que os ministros do PT coloquem seus cargos à disposição, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou ontem que o problema do país não está “nessas mulheres e nesses homens que estão à frente do governo”. Segundo ela, “o PT é responsável por grande parte do que foi feito de bom e inovador nesse governo. Foi o PT que arrumou a bagunça do setor elétrico, fazendo o programa Luz para Todos chegar aos recantos

mais distantes; foi o PT que resolveu o problema da falta de vagas nas universidades; foi o PT que combateu a máfia do Ministério da Saúde e a corrupção no repasse de recursos às prefeituras”.

A senadora rebateu a matéria da revista *Veja*, segundo a qual madeireiros do Pará doaram dinheiro a petistas em troca de autorização para derrubar árvores. Segundo a revista, o esquema envolvia deputados petistas, funcionários do Ibama, Incra, madeireiros e



**ACUSAÇÕES** Ana Júlia classifica reportagem de *Veja* como “irresponsável e inconseqüente”

sindicalistas. Para Ana Júlia, uma das fontes apontadas pela revista teria desmentido as declarações. Ela classificou as acusações de “irresponsáveis e inconseqüentes”.

## Senado facilita acesso popular a orçamentos

O presidente Renan Calheiros participa hoje, às 14h, no auditório do Interlegis, do lançamento do acesso livre ao Siga Brasil – Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas. Desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos e pela Secretaria

Especial de Informática, ambos do Senado Federal, o sistema se propõe a facilitar o acesso às informações do orçamento do governo na Internet.

Por meio do site <http://www.senado.gov.br/siga>, qualquer um que tiver acesso à Internet poderá co-

nhecer informações antes restritas a um pequeno grupo de pessoas. O cidadão poderá consultar planejamentos de programas sociais, verbas do orçamento destinado ao seu município e emendas parlamentares que obtiveram liberação de recursos.

## Presidente da República do Congo visita o Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso. A visita do presidente congolês faz parte da política brasileira de intensificar as relações diplomáticas, culturais e econômicas com os países africanos. Também participaram do encontro os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

O presidente Nguesso disse que o Congo tem interesse em ampliar suas relações com o Brasil e contou que a empresa brasileira Andrade Gutierrez construiu, em 1982,

uma estrada na selva do seu país. Por sua vez, Luiz Otávio afirmou que o Pará tem um subsolo “parecido” com o do Congo em minérios. A selva tropical é outra característica comum, assinalou o senador. Com uma população de 3,9 milhões de habitantes em 2005, o Congo tem uma renda *per capita* de US\$ 640, sendo o petróleo sua principal fonte de renda.

A República do Congo é também chamada de Congo-Brazzavile para distinguir o país da vizinha República Democrática do Congo. O país é presidido por Nguesso desde as últimas eleições, em 2002.



**DIPLOMACIA** Observado por assessores, Denis Sassou Nguesso entrega lembrança ao presidente do Senado, Renan Calheiros

## Tião Viana quer relações mais estreitas entre Brasil e China

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), disse, em audiência concedida ontem a uma delegação formada por dirigentes políticos e empresários chineses, que o Brasil está pronto para intensificar o intercâmbio e a cooperação com a China. O parlamentar disse ainda que ele e o presidente do Senado, Renan Calheiros, ficariam felizes em consolidar uma frente parlamentar Brasil-China de Cooperação.

– Brasil e China só têm a ganhar com esse intercâmbio, pois são duas nações emergentes que estão chamando a atenção do mundo inteiro, inclusive da Organi-

zação Mundial do Comércio – afirmou.

O objetivo do encontro, que contou com a participação de vários empresários acreanos, além do secretário de Planejamento daquele Estado, Gilberto Siqueira, foi a discussão de oportunidades comuns de negócios entre Brasil e China, envolvendo particularmente o Acre.

Entre os integrantes da comitiva chinesa, estava a vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Liu Yandong, acompanhada do embaixador da China no Brasil, Jian Yuande, e de vários empresários daquele país.



**INTERCÂMBIO** Tião Viana recebe delegação de políticos e empresários chineses, que veio ao Brasil discutir oportunidades de negócios

Célio Azeredo

## Ideli destaca iniciativas em educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou as iniciativas do governo federal na área da educação anunciadas ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A parlamentar citou a proposta que cria o Fundo da Educação Básica (Fundeb) como a medida mais importante. O fundo vai investir na educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos, ampliando o número de estudantes atendidos de 30 milhões para 47 milhões, afirmou a senadora.

Ideli citou também ampliação de bolsas para alunos dos programas Universidade para



**AVANÇO** Programas anunciados ontem pelo governo são elogiados em Plenário por Ideli Salvatti

Todos (ProUni), de Educação Tutorial (PET) e Escola de Fábrica.

A senadora destacou ainda o Pró-Licenciatura, que vai oferecer cursos gratuitos para professores da rede pública, e o Pró-Letramento, que vai proporcionar atualização para professores das séries iniciais.

Básica (Fundeb). A PEC, de autoria do Executivo, deverá substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Fátima Cleide lembrou que a proposição é uma antiga bandeira do PT. Ela informou que o presidente da República manifestou seu contentamento com o envio da matéria ao Congresso, depois de “tantas audiências públicas e divergências entre a equipe econômica e o Ministério da Educação”.

– Só aguardo que os deputados e os senadores a aprovem para satisfação de todos nesta Casa que crêem na educação como ferramenta transformadora da precária realidade em que vivem milhões de crianças e jovens brasileiros – afirmou.



**CELERIDADE** Fátima Cleide diz esperar apoio dos parlamentares para a aprovação da matéria

## Fátima Cleide comemora envio da PEC do Fundeb

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) aplaudiu o envio à Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo da Educação

## Aelton aponta equívocos da política de juros

Às vésperas de mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o senador Aelton Freitas (PL-MG) apontou o que chamou de equívocos da política de juros. Segundo observou, “está claro que os juros altos são inadequados às demandas do país”. Ele acrescentou que “nunca é tarde para reconhecer erros e implementar acertos”.

Aelton disse que os efeitos negativos da política de juros altos na economia foram comprovados na semana passada, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números do produto interno bruto (PIB), apon-



**ERRO** “Está claro que os juros altos são inadequados às demandas do país”, observa Aelton Freitas

tando crescimento de 0,3% de janeiro a março deste ano.

O parlamentar acredita que as causas da retração foram os sucessivos aumentos da taxa de juros. Ele lembrou que, desde setembro, a taxa Selic, que orienta os juros cobrados de empresas e consumidores, subiu nove vezes consecutivas, indo de 16% para 19,75%.

# Oposição obstrui e governo não consegue votar a Previc

**MP que criava autarquia para fiscalizar os 366 fundos de pensão fechados do país perde eficácia**

A Medida Provisória 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), perdeu sua eficácia à meia-noite de ontem, pois não foi votada pelo Plenário nos 120 dias determinados pela Constituição (excluídos os dias de recesso).

Os senadores da base do governo tentaram votar a matéria a partir das 16h, mas os parti-

dos de oposição obstruíram os trabalhos por quase seis horas, ocupando a tribuna para que a sessão fosse prolongada ao máximo. Faltando apenas duas horas para o prazo final, a MP entrou em votação, mas os senadores do PFL, PSDB, PSOL e PDT deixaram o Plenário. O governo não conseguiu quórum mínimo de 41 senadores – só 29 registraram seu voto no painel. Com isso, a votação não pôde ser realizada.

– O que vimos aqui foram seis horas de palanque eleitoral das oposições – afirmou o líder Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo informou, o Congresso terá agora de votar em 60 dias

um decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes da MP 233.

Mercadante disse que vai discutir com o governo o que será feito, pois a Previc vinha sendo estruturada a partir da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. A superintendência foi criada para fiscalizar os 366 fundos de pensão, que administram mais de 900 planos de cerca de 6 milhões de brasileiros.

– O governo sabia do risco de criar uma autarquia por MP e obviamente saberá o que fazer agora – assinalou o líder do PFL, senador José Agripino (RN).



**ESTRATÉGIA** Após prolongarem os debates por seis horas, opositores deixam o Plenário, impedindo a votação da MP

## Criação de cargos no Executivo gera polêmica

Durante o debate em torno da MP 233/04, vários senadores da oposição consideraram a ocasião inoportuna para a criação da Previc, lembrando as denúncias de corrupção em estatais. O argumento mais utilizado para obstruir a votação da matéria foi o fato de seu texto incluir a criação de cerca de 800 cargos, inclusive para ministérios e empresas do governo sem relação com a Previdência. A criação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic), embutida na medida, também foi alvo de críticas.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Mão Santa (PMDB-PI), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) criticaram o fato de a matéria ter sido enviada ao Congresso por meio de medida provisória e não de projeto de lei. Agripino

chegou a propor um acordo para que a criação da Previc volte a tramitar na forma de projeto de lei e em caráter de urgência. A proposta recebeu apoio de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Já os senadores César Borges (PFL-BA), Efraim Morais (PFL-PB), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) classificaram a MP como “cabide de empregos”.

Uma possível intenção do governo de criar novos cargos para fortalecer os cofres do PT foi a justificativa dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Demostenes Torres (PFL-GO), Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para rejeitar a MP.

Por sua vez, Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) disse que a MP não teria condições de ser aprovada porque o governo Luiz Inácio Lula da Silva encon-

tra-se sob suspeição. Já Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que preferiu se abster por temer que a Previc se transforme em agência reguladora.

Em defesa da criação da Previc, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou que o assunto tenha sido tratado mais politicamente do que tecnicamente. Também Mercadante criticou os argumentos utilizados pela oposição para votar contra a proposta.

Buscando acordo para aprovar a MP, o líder do governo chegou a concordar com proposta de Heráclito Fortes (PFL-PI) de que a estrutura de fiscalização da previdência complementar deveria ter o formato de uma agência reguladora. Amir Lando (PMDB-RO) propôs uma reflexão despolitizada do tema, enfatizando que o projeto é de interesse da nação.

# Direitos de crianças e jovens devem compor currículos

■ Aprovado na Comissão de Educação, projeto de Patrícia Saboya insere o conteúdo no ensino fundamental

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo do senador Cristovam Buarque (PT-DF) a projeto da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) tornando obrigatória a inclusão, nos currículos do ensino fundamental, de informações sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Por sugestão do senador José Jorge (PFL-PE), acolhida por unanimidade pelos membros do colegiado, a obrigatoriedade de inserção de tais conteúdos nos currículos escolares deverá fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O projeto prevê ainda a dis-

tribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em versão ilustrada e simplificada, aos estudantes das escolas públicas do ensino fundamental. Todos os membros da CE aplaudiram a iniciativa de Patrícia Saboya. Na prática, não se trata da criação de nova disciplina, mas sim

de inclusão do conteúdo sobre os direitos das crianças e adolescentes em qualquer matéria escolar. O relator, Cristovam Buarque, afirmou que a medida tem grande alcance social.

A proposta deverá ser ainda referendada pela CE, em turno suplementar.



**ELOGIOS** Patrícia Saboya (ao lado de Romeu Tuma) foi aplaudida pela iniciativa, que também prevê distribuição nas escolas do Estatuto da Criança

## Nome de José Bonifácio no Livro dos Heróis

O nome de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, poderá ser incluído no *Livro dos Heróis da Pátria*, que se encontra em exposição no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Educação, ao aprovar relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto da deputada Telma de Souza (PLC 26/05). A matéria segue agora para votação em Plenário.

O presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), anunciou que apresentará projeto sugerindo a inclusão também do nome de Joaquim Gonçalves Ledo no *Livro dos Heróis da Pátria*. Segundo o senador, Gonçalves Ledo é um brasileiro que precisa ser lembrado por ter exercido papel fundamental na luta pela independência do Brasil e, já na época, pela instalação da República.

## Doação de livros pode garantir desconto no IR

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que inclui entre as deduções no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) a doação de livros a bibliotecas públicas. A proposta teve parecer favorável do senador Marco Maciel (PFL-PE) e agora será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, somente indo a Plenário mediante recurso.

A intenção do PLS 27/05, como informou seu autor, é difundir o hábito da leitura, permitindo que quem paga Imposto de Renda partilhe seus livros com quem não pode comprá-los. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apoiou a proposta, e o presidente da CE, Hélio Costa (PMDB-MG), afirmou que a falta de hábito de leitura é uma lacuna que precisa ser corrigida. Marco Maciel destacou que o projeto permitirá a ampliação do acervo das bibliotecas públicas.

A proposta determina a dedução no IR de até 6% do que for anualmente devido. Saturnino destaca que não se trata

de aumentar a renúncia fiscal, mas de ampliar as alternativas de dedução. Ele calcula que as bibliotecas poderiam receber, já em 2006, cerca de 30 milhões de livros, ao custo médio de R\$ 20 por unidade.

Hélio Costa, na ocasião, falou sobre sua presença em recente encontro da ONU para discutir formas de financiar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, quando defendeu proposta de converter parte da dívida externa brasileira em investimentos em educação. O senador também quer uma auditoria na dívida externa. Sua manifestação foi elogiada por Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).



**INCENTIVO** Ao garantir dedução de até 6% do imposto devido, Saturnino quer estimular leitura



**RESSALVA** Roberto Requião (à direita, ao lado de Valadares e Quintanilha) aceita as importações, desde que os pneus não sejam usados nos automóveis

## Governo é contra importar pneus, afirma secretário

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone, afirmou ontem que o governo é contra a importação de bens usados, ao participar de audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS). O debate foi realizado para instruir o PLS 216/03, do senador Flávio Arns (PT-PR), que dispõe sobre contrapartidas ambientais pela colocação de pneus no mercado interno, importados ou de fabricação nacional.

Norma da União Européia que entra em vigor no próximo ano, informou Langone, proíbe o descarte de pneus usados em aterros sanitários. Os países do bloco devem encontrar outra destinação para os 80 milhões de pneus usados europeus. O secretário teme que a saída seja a exportação para países em desenvolvimento.

Como o Brasil proíbe a impor-

tação de bens usados, a entrada de pneus tem sido feita por meio de liminares que favorecem países do Mercosul, depois de recurso apresentado pelo Uruguai, conforme lembrou a diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Eliane Souza Fontes.

O consultor da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), Eduardo Martins, disse que a importação destrói a cadeia econômica do setor, gera resíduos e representa concorrência desleal.

O governador do Paraná, Roberto Requião, que participou da audiência, admite a importação dos usados apenas para aproveitamento de carcaças pelas indústrias de petróleo e cimento. "Mas sou contra o aproveitamento dos pneus nos automóveis, pois as estradas brasileiras não favorecem esse uso", disse.

## Arns: projeto vai evitar que o Brasil seja "lixreira do mundo"

A aprovação do projeto que estabelece contrapartidas ambientais para a colocação de pneus no mercado interno evitará que o Brasil seja transformado em "lixreira do mundo". A afirmação foi feita pelo senador Flávio Arns, autor do PLS 216/03, na audiência que debateu ontem a proposta. O parlamentar disse que o texto fixa compensações para cada tipo de pneu, para evitar que o meio ambiente sofra danos.

Quanto à reciclagem de pneus usados, o senador afirmou que o prazo de duração e a segurança no uso são iguais aos do produto novo. No entanto, do ponto de vista do

consumidor, ele afirmou que o reciclado fica atraente por ser mais barato.

Arns lembrou ainda que desde a apresentação do projeto já foram realizados debates e audiências com representantes dos setores envolvidos e do governo. Como resultado, o relator da matéria, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou um substitutivo.

O projeto alternativo, porém, conforme esclareceu o relator, está em suspenso até haver consenso entre as partes interessadas. Um grupo de trabalho composto pelos diversos segmentos deve dar continuidade ao debate, informou Valadares.